



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Marília



**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora

A Questão Agrária dos Governos Lula da Silva (2003-2010)

José Marangoni Camargo

Como citar: CAMARGO, J. M. A Questão Agrária dos Governos Lula da Silva (2003-2010). IN: CAMARGO, J. M. CORSI, F. L. VIEIRA, R. L (org). **Crise do Capitalismo: questões internacionais e nacionais**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.p157-174. DOI: <https://doi.org/10.36311/2011.978-85-7983-188-1.p157-174>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

A QUESTÃO AGRÁRIA NOS GOVERNOS LULA DA SILVA (2003-2010)

*José Marangoni Camargo*¹

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo principal analisar a evolução da agricultura brasileira durante os dois mandatos do presidente Luís Inácio “Lula” da Silva entre 2003 e 2010. Houve uma certa continuidade das políticas dos governos anteriores, onde a prioridade relacionada às questões agrícolas continuou a se sobrepôr à questão agrária, levando a um acirramento das desigualdades no campo. As políticas formuladas privilegiaram os interesses dominantes no campo, representados pela grande produção empresarial, os grandes proprietários e as agroindústrias, ao mesmo tempo em que o espaço da pequena produção familiar vem se reduzindo. Ou seja, não houve nenhuma mudança estrutural significativa na agricultura brasileira no período recente, ocorrendo na realidade um aumento ainda maior da hegemonia do chamado *agronegócio*. Esta hegemonia foi construída ou reforçada pelas políticas modernizantes levadas a cabo pelos governos desde os anos 60 e 70 e que resultaram em transformações estruturais que afetaram a agricultura e a economia brasileira em geral. Como já demonstraram diversos estudos (SORJ, 1980; GRAZIANO DA SILVA, 1981; MULLER, 1981; DELGADO, 1985), a agricultura brasileira desde

¹ Doutor em Ciências Econômicas. Desenvolve Pesquisas nas áreas de Economia Agrícola e Mercado de Trabalho. Professor de Economia da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista (Unesp). Av. Hygino Muzzi Filho, 737, Marília, São Paulo, CP 420, CEP:17525-900. tel: +55 (14)34021300. jmaraga@uol.com.br.

os anos 60 tem sofrido profundas transformações técnico-produtivas, cuja tônica é a elevação significativa da utilização de insumos modernos, o atrelamento mais forte com a indústria processadora e também as alterações nas relações sociais de produção, acentuando o caráter capitalista da produção. A conformação e expansão das cadeias agroindustriais no Brasil, que recentemente têm sido denominadas de *agrobusiness* ou *agronegócio*, tem se traduzido em uma interdependência crescente do setor agrícola com a indústria à montante, fornecedora de máquinas e insumos modernos e à indústria à jusante, processadora de alimentos e matérias-primas de origem agrícola. Estas mudanças acarretaram entre outros efeitos, uma concentração ainda maior da estrutura fundiária, **diminuição do peso econômico da pequena produção de baixo nível tecnológico, progressivamente substituída pela grande produção tecnificada e empresarial** e uma redução do volume da ocupação na agropecuária, reforçando a tendência histórica de queda de participação do setor no emprego total.

EVOLUÇÃO RECENTE DO SETOR AGROPECUÁRIO NO BRASIL

Pode-se afirmar que do ponto de vista da produção agrícola e das exportações do setor, a evolução da agricultura brasileira na última década foi bastante favorável. Ou seja, houve um expressivo crescimento da produção dos principais produtos agrícolas e da produtividade do trabalho, assim como as exportações agroindustriais, que triplicaram no período. A partir de 2002 até meados de 2008 ocorreu um novo ciclo de preços internacionais elevados das commodities agrícolas, que acabou gerando um grande dinamismo para a agricultura brasileira (BRANDÃO, REZENDE E MARQUES, 2005; LIMA; MARGARIDO, 2008). Entre 2001 e 2009, a área colhida das principais culturas aumentou quase 27%, mas constata-se que as culturas que mais cresceram são exatamente aquelas com maiores vínculos com a agroindústria ou voltadas para os mercados externos, como a soja (crescimento de 55% da área colhida no período), cana-de-açúcar (expansão de quase 70%) e trigo (aumento de 40%). Por outro lado, lavouras tradicionais cujos produtos fazem parte da cesta básica da população e com vínculos mais frouxos com a agroindústria, como o arroz (-9,43%), feijão (5,70%) e mandioca (1,46%), tiveram um desempenho bem menos satisfatório no período. Culturas como o cacau (-4,55%) e laranja (-4,60%) também tiveram decréscimos em suas áreas colhidas, em grande medida por pragas que afetaram estes produtos e por preços menos atraentes que outras culturas, além do café, que teve um declínio de 6,6% em sua área colhida (Tabela 1).

Tabela 1 - Evolução da área das culturas - 2001-2009 (ha)

Culturas	Ano		Variação (%)
	2001	2009	
Arroz	3.171.000	2.872.036	-9,43
Cacau	666.308	635.975	-4,55
Café	2.356.954	2.201.335	-6,60
Cana	5.022.490	8.514.365	69,52
Feijão	3.879.069	4.099.991	5,70
Laranja	825.228	787.250	-4,60
Mandioca	1.735.149	1.760.578	1,46
Milho	12.912.390	13.659.776	5,79
Soja	13.988.351	21.750.468	55,49
Trigo	1.730.908	2.430.253	40,40
TOTAL	46.287.847	58.712.027	26,84

Fonte: IBGE: Produção Agrícola Municipal, 2001 e 2009.

A produção das principais culturas, por sua vez, cresceu significativamente nesse período (Tabela 2). Entre 2001 e 2009, a produção de soja expandiu-se em mais de 51%, a cana-de-açúcar, impulsionada pelo uso crescente de etanol em função da frota cada vez maior de veículos flex e pelas elevadas cotações internacionais do açúcar, cresceu 50%. Outros cereais como o trigo (50% de aumento da produção) e milho (21%) também tiveram um bom desempenho no período. Mesmo o arroz (crescimento de 24%) e o feijão (+42%) tiveram um aumento expressivo da produção. Comportamento mais modesto foi registrado apenas para a laranja (+3,7%) e mandioca (+8,1%) e o café, que teve uma redução de 33% da sua produção afetada pela redução da área colhida, como também pelo ciclo de bi anualidade que caracteriza a cultura. Na realidade, o aumento da produção agrícola nesse período para quase todas as culturas selecionadas, deve-se em grande medida aos

incrementos da produtividade do trabalho e do maior rendimento por hectare, resultantes do maior grau de tecnificação das culturas.

Tabela 2 - Evolução da produção agrícola - principais culturas - 2001-2009 (ton)

Culturas	ANO		Variação (%)
	2001	2009	
Arroz	10.184.185	12.651.774	24,23
Cacau	185.662	218.487	17,68
Café	3.639.138	2.440.056	-32,95
Cana-de-açúcar	453.681.000	671.394.957	47,99
Feijão	2.453.681	3.486.763	42,10
Laranja	16.983.436	17.618.450	3,74
Mandioca	22.580.282	24.403.981	8,08
Milho	41.962.475	50.745.996	20,93
Soja	37.907.259	57.345.382	51,28
Trigo	3.366.599	5.055.525	50,17

Fonte: IBGE: Produção Agrícola Municipal, 2001 e 2009.

Como se pode observar pelos dados da Tabela 3, os ganhos de produtividade foram significativos, com exceção do café, pelas razões apontadas anteriormente, e a soja, que apresentou uma leve redução do seu rendimento entre 2001 e 2009. No entanto, deve-se levar em conta que o ano de 2009 foi um pouco atípico do ponto de vista da agricultura brasileira, pois ainda estava sobre o impacto da crise econômica mundial que se inicia em meados de 2008, que afetou as cotações

das principais commodities agrícolas no comércio internacional no ano seguinte. Ademais, houve um forte refluxo do comércio internacional neste ano em relação ao ano anterior. A combinação desta redução do comércio mundial com a queda dos preços internacionais levou a uma redução da área das principais culturas no Brasil em 2009 em relação a 2008, como também a uma menor utilização de insumos modernos, como fertilizantes e defensivos, com reflexos negativos sobre a produtividade agrícola para a maioria das lavouras.

Tabela 3 - Rendimento agrícola - principais culturas - 2001-2009 (ton./ha)

Culturas	ANO		Variação (%)
	2001	2009	
Arroz	3.240	4.405	35,96
Cacau	278	343	23,38
Café	1.557	1.108	-28,84
Cana-de-açúcar	69.443	78.854	13,55
Feijão	711	850	19,55
Laranja	20.593	22.379	8,67
Mandioca	13.521	13.861	2,51
Milho	3.401	3.714	9,20
Soja	2.710	2.636	-2,73
Trigo	1.947	2.080	6,83

Fonte: IBGE: Produção Agrícola Municipal, 2001 e 2009.

Considerando o período entre 2001 e 2009 como um todo, o avanço da produção e da tecnificação da agricultura brasileira pode ser avaliado também como resultado de modificações de caráter estrutural por que passou a agricultura brasileira. Políticas públicas para o setor levadas a cabo desde os anos 70 conformaram cadeias de produção consolidadas, tendo como núcleos dinâmicos a agroindústria processadora, os complexos cooperativos ou as modernas empresas comerciais. Com grande capacidade de resposta a políticas comerciais ativas, como as de exportação a partir da segunda metade da década de 80, estas cadeias produtivas expandiram a produção usando capacidade instalada ou mesmo aumentando-a, aproveitando o parque produtivo de meios de produção para a agricultura, que tinha sido superdimensionado na década de 70, alavancando a produção agrícola (GONÇALVES; SOUZA, 2000). Ao considerar a agricultura em um sentido mais amplo, como um conjunto de cadeias produtivas agroindustriais, o setor representa atualmente um quarto do PIB brasileiro, onde a produção agrícola propriamente dita é apenas um elo dos complexos agroindustriais.

O cenário internacional mais favorável às commodities agrícolas, que vai se traduzir em uma expansão das áreas de lavouras e da produção, também vai gerar estímulos para as vendas internas de máquinas agrícolas, favorecidas também pelas condições mais vantajosas de financiamento a partir da criação do Moderfrota em 2000. As vendas de máquinas agrícolas para o mercado interno saltaram de 35 mil unidades em 2001 para quase 53 mil em 2008 e mais de 55 mil tratores e colheitadeiras em 2009 (ANFAVEA, 2010). Muitos produtores já fazem uso da chamada *agricultura de precisão*, com o uso de máquinas que possuem GPS, computador, sistemas de controle da dosagem de adubação e sistemas com controle de semeadura e de colheita (SEMEANDO TRCNOLOGIA, 2010).

Esse incremento da produção e da produtividade agrícolas deve-se não apenas ao maior uso de insumos modernos e ao avanço da mecanização, mas também e associado a estes fatores, a geração e difusão de inovações para o setor, por parte de instituições de pesquisa. Destaca-se neste sentido, o esforço inovativo desenvolvido pela Embrapa, responsável não apenas pela criação de tecnologias adequadas para o cerrado, base da expansão de uma agropecuária moderna no Centro-Oeste no período recente, como também pela modernização da agropecuária nas áreas tradicionais no Sul e Sudeste, e por instituições estaduais de pesquisa.

EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE PRODUTOS AGROINDUSTRIAIS NO PERÍODO 2001-2010

O cenário externo mais favorável na década de 2000, conjugada a uma elevação dos preços das commodities agrícolas a partir de 2002, possibilitaram uma recuperação da rentabilidade do setor e um aumento da participação brasileira no comércio mundial de produtos agroindustriais, que passa a representar 6,9% do total mundial em 2006, contra uma participação de apenas 3,9% em 2000.

As exportações dos produtos das cadeias agroindustriais têm papel fundamental no total do comércio externo brasileiro. É um setor tradicionalmente com maior grau de abertura e que tem aumentado a sua participação nas exportações totais do país. As exportações agroindustriais em valor cresceram mais de 18% em 2010 em relação ao ano anterior e quase quadruplicaram entre 2000 e 2010, representando quase 40% do total das exportações do país neste último ano (Tabela 4). As importações de produtos agroindustriais, por sua vez, ficaram praticamente estagnadas entre 2000 e 2006, crescendo de forma significativa apenas em 2007 e 2008, sofrendo uma redução em 2009, por conta da crise econômica mundial e da queda dos preços das commodities agrícolas. Estas voltaram a crescer em 2010 em função da valorização cambial, e concentradas principalmente na compra de

insumos, com destaque para os fertilizantes e de cereais, notadamente trigo, onde a maior parte do consumo nacional é proveniente das importações. O crescimento expressivo das exportações brasileiras de produtos agroindustriais a partir de 2003, e uma expansão em um ritmo muito menor das importações, possibilitaram a geração de saldos comerciais crescentes da balança dos produtos da agroindústria. O superávit do setor passou de US\$ 12 bilhões em 2000 para mais de US\$ 40 bilhões a partir de 2006, chegando em 2010 a mais de US\$ 56 bilhões (apesar do expressivo crescimento das importações de produtos agroindustriais neste último ano), o que representou quase o triplo do saldo comercial total do Brasil registrado em 2010.

Os produtos básicos responderam por mais da metade do valor das exportações brasileiras de produtos agroindustriais em 2010 (52%), enquanto que os produtos industrializados, constituídos pelos manufaturados e semimanufaturados, representaram 48% do total, o que configura uma pauta mais centrada em bens com um nível menor de agregação de valor. Portanto, apesar do incremento expressivo das exportações brasileiras dos produtos agroindustriais entre 2000 e 2010, o peso elevado dos produtos de menor conteúdo tecnológico pode estar refletindo a necessidade de um esforço maior de elaboração de políticas que visem a geração de um maior valor agregado nas cadeias produtivas agroindustriais e no total das exportações do setor.

Tabela 4 - Balança comercial brasileira de produtos agroindustriais - 2000/2010 (em US\$ bilhões)

ANO	Exportações	Importações	Balança Comercial
2000	21,78	9,47	12,31
2001	25,01	8,56	16,45
2002	26,06	7,68	18,38
2003	32,43	8,51	23,92
2004	41,51	10,20	31,31
2005	46,30	10,07	36,23
2006	52,04	11,86	40,18
2007	61,84	17,21	44,66
2008	76,14	26,36	49,78
2009	67,56	18,53	49,03
2010	79,95	23,73	56,22

Fonte: IEA/APTA, elaborada a partir dos dados da SECEX/MDIC, 2011.

A pauta agrícola brasileira é bastante diversificada, mas um número reduzido de grupos de mercadorias concentra a maior parte do valor das exportações do setor. Destacam-se as exportações de cereais/leguminosas/oleaginosas (US\$20,33 bilhões em 2010), especialmente soja e seus derivados, cana e sacarídeas (US\$13,82 bilhões), derivada das exportações de açúcar e álcool, produtos florestais (US\$9,55 bilhões), constituídos especialmente por madeira e celulose, bovídeos-bovinos (US\$8,89 bilhões), principalmente carne bovina e couro, suínos e aves (US\$8,18 bilhões), a maior parte representada pelas exportações de carne de frango. Estes cinco principais agregados de cadeias de produção responderam por mais de três quartos do total das exportações agroindustriais do Brasil em 2010, refletindo o peso desses produtos na pauta de exportação do setor (Tabela 5).

Tabela 5 - Exportações de produtos agroindustriais por grupo de mercadorias, Brasil, 2010 (em US\$ milhões)

Grupos de mercadorias	US\$1.000	Participação (em %)
Cereais/leguminosas/oleaginosas	20.333	25,43
Cana e sacarídeas	13.816	17,28
Produtos florestais	9.555	11,95
Bovídeos-bovinos	8.886	11,11
Suínos e aves	8.182	10,23
Café e estimulantes	6.247	7,81
Frutas	2.942	3,68
Fumo	2.762	3,45
Agronegócios especiais	2.558	3,24
Bens de capital/insumos	2.465	3,08
Têxteis	1.741	2,18
Pescado	222	0,28
Olerícolas	182	0,263
Flores e ornamentais	34	0,04
Total	79.995	100,00

Fonte: IEA/APTA, elaborada a partir dos dados da SECEX/MDIC, 2011.

O grande salto das exportações brasileiras de produtos agroindustriais a partir de 2003 deve-se em grande parte à trajetória de elevação dos preços das commodities agrícolas, observado desde o início de 2002, como foi dito anteriormente

(Figura 1). Os preços da soja, por exemplo, alcançaram em abril de 2008 as cotações mais altas dos últimos 34 anos e o milho nos últimos 11 anos. Há várias causas deste ciclo de alta dos preços das commodities agrícolas até meados deste ano. Em primeiro lugar, verifica-se uma demanda crescente por alimentos e matérias-primas agrícolas, especialmente por parte dos países emergentes, puxados notadamente pela China. O consumo global destes produtos tem crescido mais nesta década que nas duas décadas anteriores, particularmente de carne, cereais, leite e seus derivados. A China já se tornou o maior importador de soja mundial, absorvendo 40% das exportações internacionais. O consumo de carne per capita neste país passou de 20 kg por ano em 1985 para mais de 50 kg atualmente. Por outro lado, ocorreram problemas pelo lado da oferta, associados às adversidades climáticas, que resultaram em estoques com os níveis mais baixos dos últimos 30 anos para o trigo e o milho. A oferta de commodities agrícolas foi pressionada também pela destinação crescente de milho para a produção de etanol nos Estados Unidos. Neste país, atualmente 33% da produção de milho é utilizada para a produção de biocombustível, contra menos de 15% em 2006, o que resultou em um aumento de preços de 46% desse produto em 2007 e uma menor área destinada à soja e um aumento expressivo dos preços de outros alimentos. Outro fator que contribuiu para elevar ainda mais os preços das commodities agrícolas nesse período foi a especulação financeira nos mercados futuros destes bens, com a redução da taxa de juros americana, a consequente menor rentabilidade dos ativos financeiros e a maior atratividade das commodities e seus derivativos (FREITAS, 2009; LIMA; MARGARIDO, 2008).

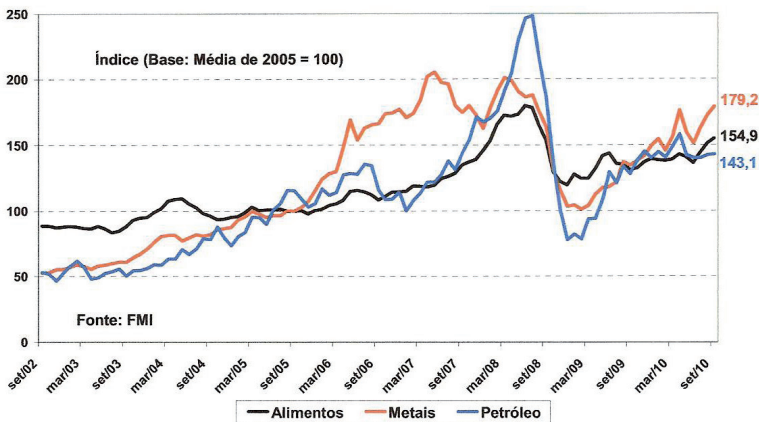


Figura 1 - Evolução dos preços de Commodities Setembro de 2002/Setembro de 2010
 Fonte: BNDES, 2010 apud FMI, 2010.

O cenário de grave crise econômica e financeira mundial em meados de 2008 reverteu o quadro de alta nos mercados de commodities agrícolas, com forte queda das cotações dos principais bens agroindustriais, o que afetou o comércio brasileiro destes produtos. No caso dos produtos agroindustriais, os preços das principais commodities agrícolas despencaram até meados de 2009 (Figura 1). As cotações dos produtos agrícolas em setembro de 2009 estavam em um patamar bem inferior às cotações de setembro de 2008. Os preços da soja, nosso principal produto de exportação, estavam 8% inferiores em setembro deste ano em relação ao mesmo período do ano anterior. Outros produtos apresentaram reduções ainda mais acentuadas: O café -13%, etanol -16%, carne bovina -18%, frango -23%, produtos florestais -35%. As exceções foram o fumo, com aumento de 3% dos preços em dólar no período e o açúcar, de 26%, puxado pela quebra da safra da Índia, que passou de exportador para importador e pelos baixos estoques mundiais do produto.

Em 2010, com a retomada das economias, recomeçou um novo ciclo de alta dos preços das commodities. Segundo o FMI, os preços dos alimentos aumentaram em torno de 30% nos últimos 6 meses de 2010, alcançando, no final deste ano, patamares superiores aos verificados antes da crise econômica mundial, o que contribuiu para impulsionar as exportações dos produtos agroindustriais brasileiros em 2010 (SINOPSE INTERNACIONAL, 2011).

O Brasil em 2009 já era o segundo maior exportador mundial de produtos agroindustriais e o principal fornecedor internacional de açúcar, café, suco de laranja, álcool e carne bovina e de frango e ocupava a segunda posição no complexo da soja, terceiro em milho e quarto em carne suína (Tabela 6). Além de ter uma pauta de exportações diversificada, o país deve aumentar ainda mais a sua participação no comércio mundial destes produtos, dadas a existência de terras disponíveis e a elevada competitividade de grande parte de suas cadeias agroindustriais.

Tabela 6 - Participação Brasileira na produção e no comércio mundial de produtos agroindustriais

Produtos	Ranking Mundial		Participação no Comércio Mundial (%)
	Produção	Exportação	
Açúcar	1	1	62
Café	1	1	28
Suco de laranja	1	1	68
Álcool	2	1	68
Complexo de Soja	2	2	30
Carne Bovina	2	1	33
Carne de Frango	3	1	38
Milho	3	3	12
Carne suína	4	4	12,4

Fonte: Semando tecnologia, p.36, 2010.

A “PUJANÇA DO AGRONEGÓCIO” E O AGRAVAMENTO DA QUESTÃO AGRÁRIA

Procurou-se mostrar que o processo de modernização da agricultura brasileira possibilitou a constituição de cadeias agroindustriais competitivas para um diversificado número de produtos agrícolas, com fortes vínculos com a indústria a montante e a jusante, onde uma parcela dos produtores rurais conseguiu se inserir

neste processo. Na última década, assistimos a uma continuidade dessa tendência, onde o setor teve um desempenho satisfatório no que tange aos aspectos associados à evolução da produção e das exportações agroindustriais. No entanto, *A questão agrária* no campo se agravou. Entende-se esta questão relacionada às formas de produção, associadas às transformações das relações de produção, os níveis de renda e de emprego no campo (GONÇALVES, 1999). Pode-se afirmar que o aprofundamento desse processo de modernização durante os governos Lula da Silva tem ampliado as desigualdades no campo, a heterogeneidade do setor e contribuído para manter uma elevada concentração fundiária no país. Portanto, um dos traços marcantes do processo de modernização conservadora da agricultura brasileira, é o seu caráter bastante desigual em termos regionais e de produtores, desigualdade esta que se tornou ainda mais acirrada nestes últimos oito anos. Como enfatiza Graziano da Silva (2010), a hegemonia do agronegócio e das cadeias agroindustriais resulta de uma conjunção de forças políticas que uniram os interesses de segmentos agrários e industriais, com forte presença do Estado, através da formulação de políticas públicas que vinham de encontro aos interesses do agronegócio:

É importante destacar tanto na noção de agribusiness como na dos complexos agroindustriais que eles são os resultados de um processo histórico específico que define a sua conformação a partir de um duplo movimento: de dentro, pela ação das forças sociais, econômicas e políticas dos agentes que o integram; e, de fora, pela ação do Estado, por meio das políticas públicas e de suas agências, ao estabelecer relações particulares com os agentes anteriormente mencionados. Os complexos se tornam assim uma “orquestração de interesses” em torno de uma cadeia produtiva determinada qualquer; e o seu agregado, o agribusiness, uma aliança em torno dos interesses setoriais da agricultura com os distintos ramos da agroindústria a montante e a jusante. (GRAZIANO DA SILVA, 2010, p. 158).

Um exemplo que ilustra o domínio da agricultura empresarial “*vis a vis*” a agricultura familiar e como as políticas econômicas tendem a privilegiar o agronegócio refere-se aos recursos destinados aos dois segmentos. Enquanto a agricultura empresarial deverá contar com R\$107 bilhões para custeio, investimento, armazenagem e comercialização dos produtos agrícolas da safra 2011/2012 (alta de 7% em relação à safra anterior), a agricultura familiar contará com apenas \$16 bilhões (o mesmo valor que a safra anterior). A hegemonia do chamado “*agronegócio*” em detrimento da produção familiar tem reduzido o espaço desta, apesar de ainda ser responsável por uma parcela expressiva de alimentos básicos. Segundo o Censo Agropecuário de 2006, a agricultura familiar respondia por 87% da produção de mandioca, 70% da produção de feijão, 58% do leite, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz e mais da metade do plantel de suínos e aves. A agricultura familiar era responsável por um terço das receitas dos estabelecimentos agropecuários do Brasil neste ano. Do ponto de vista da ocupação agrícola, a agricultura familiar também se

destacava, com mais de 12,3 milhões de pessoas vinculadas a atividades agrícolas, o que representava quase 75% do total do pessoal ocupado no setor no Brasil em 2006. Este levantamento apontou também que a agricultura familiar representava quase 85% de todos os estabelecimentos agropecuários do país, totalizando 4.367.902 estabelecimentos, ocupando 24,3% da área total. Estes dados mostram também outra característica presente no agro brasileiro: a elevada concentração fundiária no país. Enquanto a área média dos estabelecimentos familiares era de 18,37 hectares, na agricultura empresarial a área média era de 309,18 hectares (IBGE, 2006).

O domínio do agronegócio em relação à produção familiar tem contribuído, portanto, para a manutenção de uma elevadíssima concentração da terra e reduzido o espaço da produção familiar, onde parte importante dos pequenos produtores tem perdido suas terras ou tem dificuldades de acesso a elas. Como se pode observar pelos dados da tabela 7, apesar das pequenas propriedades, de até 10 hectares, representarem metade do total dos estabelecimentos agrícolas, estas ocupavam apenas pouco mais de 2% da área em 2006 (3% em 1970), enquanto que as grandes propriedades, de mais de 1000 hectares, que eram somente 1% dos estabelecimentos, concentravam quase 45% do total da área total em 2006 (39% em 1970). O Índice de Gini, que mede a distribuição fundiária, foi de 0,856 no último Censo Agropecuário, que mostra também uma estabilidade da forte desigualdade fundiária no país desde 1975 (HOFFMANN; NEY, 2010). Os dados do Censo apontam também que os maiores valores registrados do Índice de Gini foram nos estados do Centro-Oeste, notadamente Mato Grosso, onde a expansão da fronteira agrícola ocorre baseada na grande propriedade tecnificada e também um expressivo crescimento desse índice em estados em que se registram grande expansão do agronegócio sucroalcooleiro, como São Paulo, ou em estados em que há uma forte presença de monoculturas, como em Alagoas.

Tabela 7 - Número e área dos estabelecimentos agropecuários no Brasil – 1970-2006

Grupos de área total	ANO							
	1970		1980		1996		2006	
	Número (%)	Área (%)	Número (%)	Área (%)	Número (%)	Área (%)	Número (%)	Área (%)
Menos de 10 ha	51,17	3,09	50,35	2,47	49,43	2,23	50,30	2,36
10 a menos de 100 ha	39,28	20,42	39,09	17,68	39,43	17,73	40,10	19,06
100 a menos de 1000 ha	8,42	36,97	9,47	34,75	9,67	34,94	8,65	34,16
1000 ha e mais	0,75	39,52	0,93	45,10	1,02	45,10	0,95	44,42
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Censos Agropecuários IBGE, 1970 a 2006.

Além da permanência de uma estrutura fundiária extremamente concentrada, os dados do censo agropecuário de 2006 apontam também uma elevada concentração da produção em um número reduzido de produtores. Segundo Alves e Rocha (2010), 423 mil estabelecimentos agropecuários, de um total de quase 5,2 milhões (8,2% do total), respondiam por 85% do valor da produção. Desses, apenas 22.188 estabelecimentos (0,43% do total) eram responsáveis por mais de 51% do total do valor da produção agropecuária. Por outro lado, quase 3,8 milhões de estabelecimentos (73% do total) geraram um valor equivalente a apenas 4% do total, com renda média inferior a meio salário mínimo por mês, ou seja, com baixíssimo nível de renda e de produtividade. Estes dados mostram que grande parte da agricultura familiar são produtores de subsistência e não estão integrados ao mercado. Em estudo do IBRE/CEA, também com base nas informações do Censo Agropecuário de 2006, apenas 500 mil estabelecimentos familiares, de um total de mais de 4 milhões, eram produtores comerciais inseridos no mercado (LOPES; ROCHA, 2010).

Estes indicadores mostram que grande parte dos pequenos produtores tem renda insuficiente para garantir a sua sobrevivência e são fortes candidatos a perderem suas terras e irem para os centros urbanos. Parcela destes consegue manter-se na terra porque usufruem rendimentos provenientes de ocupações não agrícolas, ou em função da existência de famílias pluriativas, que combinam ocupação agrícola e não agrícola entre os membros da família, diversificando assim suas fontes de renda via mercado de trabalho, não mais dependendo somente de produtos agrícolas (GRAZIANO DA SILVA, 2010). Ademais, a permanência de parte expressiva dos

estabelecimentos rurais pode ser creditada também a políticas de transferência de renda para a população mais pobre através de aposentadorias rurais, Bolsa Família, programas de crédito como o PRONAF, etc., especialmente na região Nordeste. Segundo Alves e Rocha (2010), quase 2 milhões de produtores familiares declararam ter outras receitas ou rendas não agrícolas. Além disso, uma parcela não desprezível dos estabelecimentos rurais constituem apenas locais de moradia ou são locais de lazer, como as chácaras de fins de semana.

A combinação destes fatores talvez permita concluir porque, apesar da redução da ocupação agrícola ter continuado a ocorrer na última década, o seu ritmo foi inferior ao dos períodos anteriores. Observa-se que o número de postos de trabalho continuou a apresentar uma tendência de declínio na primeira década deste século, que no caso do Brasil, significou uma redução de quase 5% do total entre 2001 e 2009. Esta tendência se verificou para todas as regiões do país, com exceção do Centro-Oeste, onde o emprego agrícola expandiu-se em 9,2% nesse período, em função da expansão da fronteira agrícola nesta região (Tabela 8). De qualquer forma, o desempenho mais favorável da agricultura nesse período não trouxe os mesmos resultados do ponto de vista da ocupação. Essa queda ocorreu em um contexto onde a área das principais lavouras expandiu-se em mais de 26% entre 2001 e 2009 e a produção aumentou ainda em um ritmo maior nesse período. O setor agrícola, que respondia por 20,6% do total da PEA ocupada no país em 2001, passa a representar apenas 16,9% do total em 2009. A intensificação da produção, com a utilização de inovações tecnológicas e novas formas de organização da produção e de trabalho, possibilitou ganhos expressivos de produtividade, que anularam, do ponto de vista do emprego, os incrementos de área e de produção verificados no período. Segundo Gasques et al. (2010), a produtividade do trabalho na agricultura brasileira expandiu-se a uma taxa anual de 3,4% entre 1995 e 2006, superior aos incrementos da produtividade da terra, que cresceu 3,15% ao ano nesse período. São justamente nas regiões de agricultura mais avançada, como no Sul, onde a queda da ocupação agrícola foi mais acentuada. Enquanto para o Brasil ocorreu um declínio de 4,6% da ocupação agrícola entre 2001 e 2009, no Sul a redução foi de 15,5% nesse período. Portanto, a perda da importância da pequena produção familiar, a concentração fundiária e o domínio da grande produção tecnificada, que tem implicado na substituição de trabalhadores por meios de produção, tem impactado negativamente tanto o emprego como a ocupação na agricultura brasileira no período recente.

Tabela 8 - Número de pessoas de 10 anos ou mais ocupadas em atividades agrícolas segundo as regiões e Brasil – 2001 e 2009 (em mil pessoas)

Região ⁽¹⁾	2001	%	2009	%	Varição 2001 / 2009
Nordeste	7.461	49,68	7.200	50,27	-3,5
Sudeste	3.518	23,43	3.469	24,21	-1,4
Sul	3.065	20,41	2.591	18,09	-15,5
Centro-Oeste	974	6,48	1.064	7,43	9,2
Brasil	15.018	100,0	14.324	100,0	-4,6

Fonte: Pnads/IBGE, 2001 e 2009.

(1) Exclui-se a Região Norte, porque a Pnad até 2003 não estimava a população rural ocupada nesta região.

Apesar da ocupação agrícola também ter registrado um declínio na região Nordeste, (-3,5% entre 2001 e 2009), ela é responsável por mais de 50% do total da ocupação agrícola do país em 2009. Apesar dos baixíssimos níveis de renda e de produtividade de boa parte dos produtores rurais nordestinos e das enormes dificuldades de garantir o seu sustento, a produção familiar, relativamente mais importante nesta região em relação às demais, tem conseguido se manter em função de determinados fatores já apontados anteriormente, como a extensão dos direitos previdenciários aos trabalhadores rurais, principalmente ao segmento familiar, a partir de 1990. Entre 1991 e 2009, dobra o número de benefícios de previdência rural no Brasil, passando de 4 milhões de pessoas para 8 milhões, sendo que metade deles está no Nordeste, assim como metade dos beneficiários da Bolsa família estão localizados na região. Como vimos, trata-se de modalidades de política social que representam formas adicionais de complementação de renda que pode significar melhores chances de sobrevivência de parcela importante dessa categoria.

Por outro lado, apesar do crescimento do emprego formal na agricultura e da contribuição para a previdência, estes indicadores ainda são muito baixos comparativamente aos verificados nos demais setores da economia brasileira. Apenas um terço dos empregados agrícolas tinha carteira de trabalho assinada em 2009, contra um percentual de 58% do total considerando a totalidade dos empregados assalariados e de ocupados na economia brasileira neste ano. Além disso, mais de 17% dos ocupados no setor são não remunerados e 24% dos ocupados trabalham na produção voltada para o autoconsumo, com baixos níveis de vida e de renda.

CONCLUSÕES

A heterogeneidade estrutural da economia e da sociedade brasileira também está presente no campo, onde o processo de modernização acirrou as desigualdades regionais e entre os produtores ou trabalhadores. Pode-se concluir que nos governos Lula da Silva (2003-2010) esta heterogeneidade se manteve, permanecendo a questão agrária em segundo plano. Aqui também se observa a existência de um núcleo de trabalhadores assalariados com vínculos mais estáveis e um maior grau de formalização, associado às transformações na base técnica e produtiva da agricultura, coexistindo com modalidades de trabalho precárias, ocasionais, sem direitos trabalhistas e com baixos níveis de remuneração, como por exemplo, a categoria volante ou bóia-fria. Em que pese a extensão dos direitos trabalhistas ao trabalhador rural e as políticas sociais em geral, que tem produzido efeitos positivos sobre as relações de trabalho (BUAINAIN; DEDECCA, 2010), as perspectivas para a ocupação agrícola no Brasil são pouco alentadoras. Em um quadro de reestruturação produtiva das empresas agrícolas, da implementação de novas formas de organização do trabalho no campo e do avanço da tecnificação dos processos produtivos, pode-se esperar um aprofundamento da tendência de redução da ocupação agrícola no país nos próximos anos. A continuidade da mecanização dos processos produtivos tende a substituir ainda mais trabalho por meios de produção. Ao mesmo tempo, há um grande parcela de produtores rurais ocupada em atividades de baixa qualificação e remuneração. Políticas sociais compensatórias que foram implementadas nos governos Lula da Silva possibilitaram a sobrevivência de parte da pequena produção familiar nesse período. No entanto, é necessário ampliar as políticas públicas que garantam a viabilidade da produção familiar, para contrabalançar as tendências desagregadoras da modernização conservadora da agricultura brasileira, como o acesso à terra, pouco privilegiada por esse governo, o que constitui um desafio para os próximos governos.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Eliseu; ROCHA, Daniela de Paula. Ganhar tempo é possível? In: José Garcia Gasques, José Eustáquio Ribeiro Vieira Filho, Zander Navarro. *A agricultura brasileira: desempenho, desafios e perspectivas*. Brasília, DF: IPEA, 2010. p. 275 – 290.
- ANFAVEA: *Anuário da indústria automobilística brasileira*. São Paulo, 2010.
- BRANDÃO, Antonio Salazar Pessoa, REZENDE, Gervásio Castro de e MARQUES, Roberta Wanderley da Costa. Crescimento agrícola no Brasil no período 1999-2004: explosão da soja e da pecuária bovina e seu impacto sobre o meio ambiente. *Texto para Discussão*, Brasília, DF, n. 1103, p.1-24, jul. 2005.

BUAINAIN, Antônio Márcio; DEDECCA, Cláudio Salvadori. Mudanças e reiteração da heterogeneidade do mercado de trabalho agrícola. In: José Garcia Gasques, José Eustáquio Ribeiro Vieira Filho, Zander Navarro. *A agricultura brasileira: desempenho, desafios e perspectivas*. Brasília, DF: IPEA, 2010. p. 123-153.

DELGADO, Guilherme. *Capital financeiro e agricultura no Brasil*. São Paulo: Ícone Editora, 1985.

FREITAS, Maria Cristina Penido de. Inflação mundial e preços de commodities. In: Geraldo Biasoto Junior, Luis Fernando Novais, Maria Cristina Penido de Freitas. *Panorama das Economias Internacional e Brasileira: dinâmicas e impactos da crise global*. 1 ed., São Paulo: Fundap, 2009, v.1, p.113-124.

GASQUES, José et al. Produtividade Total dos Fatores e Transformações da Agricultura Brasileira: análise dos dados dos Censos Agropecuários. In: José Garcia Gasques, José Eustáquio Ribeiro Vieira Filho, Zander Navarro. *A agricultura brasileira: desempenho, desafios e perspectivas*. Brasília, DF: IPEA, 2010. p. 19-44.

GONÇALVES, José Sidnei. *Mudar para manter: pseudomorfose da agricultura brasileira*. São Paulo: CSPA, SAA, 1999.

GONÇALVES, José; SOUZA, Sueli. Heterogeneidade e competitividade: o significado dos conceitos frente ao mosaico de disparidade da agricultura brasileira. *Informações Econômicas*, São Paulo, v. 30, n. 11, p. 34-50, nov. 2000.

GRAZIANO DA SILVA, José. *Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura*. São Paulo: Hucitec, 1981.

GRAZIANO DA SILVA, José. Os desafios das agriculturas brasileiras. In: José Garcia Gasques, José Eustáquio Ribeiro Vieira Filho, Zander Navarro. *A agricultura brasileira: desempenho, desafios e perspectivas*. Brasília, DF: IPEA, 2010. p. 157-183

HOFFMANN, Rodolfo; NEY, Marlon Gomes. Evolução recente da estrutura fundiária e propriedade rural no Brasil. In: José Garcia Gasques, José Eustáquio Ribeiro Vieira Filho, Zander Navarro. *A agricultura brasileira: desempenho, desafios e perspectivas*. Brasília, DF: IPEA, 2010. p. 45-64.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA e ESTATÍSTICA. *Censo agropecuário 2006, agricultura familiar, primeiros resultados*. Brasília, DF: IBDE, 2006.

LIMA, Luís; MARGARIDO, Mário. Causas do atual ciclo de alta de preços de commodities. *Análises e Indicadores do Agronegócio*, São Paulo, v. 3, n. 7, p. 1-4, jul. 2008.

LOPES, Ignês Vidigal; ROCHA, Daniela de Paula. Quem produz o que no campo. *Conjuntura Econômica*, Rio de Janeiro, v. 64, n.8, p.66-69, ago. 2010.

MULLER, Geraldo. *Estrutura e dinâmica do complexo agroindustrial brasileiro*. São Paulo: FFLCH, USP, 1981. Mimeografado.

SEMEANDO tecnologia. *Conjuntura Econômica*, Rio de Janeiro, v.64, n. 8, p. 34-37, ago. 2010.

SINOPSE INTERNACIONAL. Rio de Janeiro: BNDES, n. 14, 2010. Publicação Semestral.

SINOPSE INTERNACIONAL. Rio de Janeiro: BNDES, n. 15, 2011. Publicação Semestral.

SORJ, Bernardo. *Estado e classes sociais na agricultura brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.